

A INFLAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRADENIS DE PAULA¹GUILHERME FERNANDES DE SOUZA¹MELQUISEDEQUE MARTINS FERNANDES¹GLÁUCIA DE PAULA FALCO²

Trabalho científico apresentado às Faculdades Integradas Vianna Júnior como requisito para a conclusão do PIC - Projeto de Iniciação Científica 2010/2011.

RESUMO

Este trabalho pretendeu apresentar a inflação no contexto da economia brasileira. Neste sentido, há uma série de particularidades como a inflação inercial, a memória inflacionária, a chegada do Plano Real, dentre outros aspectos, que são objetos de estudo para a compreensão da trajetória da inflação no Brasil. Para cumprir com o

¹ Acadêmicos do Curso de Ciências Econômicas das FIVJ. E-mails: depaula@yahoo.com.br.
gf.souza@yahoo.com.br . melqfer@yahoo.com.br

² Professora das FIVJ. Doutora pelo Departamento de Engenharia Elétrica da PUC-Rio. Mestre em Engenharia Elétrica pela PUCRio. Especialista em Métodos de Apoio à Decisão pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Economista pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: glaupf@terra.com.br

objetivo da pesquisa, alguns conceitos essenciais são introduzidos e também alguns aspectos relevantes da história dos governos passados. O trabalho ainda destaca o pós-Plano real que desencadeou um *boom* no consumo das classes média e baixa desde então. Obviamente, este crescimento da demanda em muitos momentos foi a causa de uma elevação nos índices de inflação. O trabalho se encerra com um prognóstico para a inflação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: INFLAÇÃO. PLANOS ECONÔMICOS. PLANO REAL. CONSUMO.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo sobre a inflação na economia brasileira. Neste sentido a pesquisa começa destacando o conceito de inflação. Na seção 2, coloca-se a metodologia de construção dos IPC's (índices de preços ao consumidor). Na seção 3 são apresentados alguns dos principais índices existentes atualmente para mensurar as taxas de inflação mensalmente no país. A seção 4 reporta o que foi a inflação inercial no Brasil. A seção 5 enfatiza os planos econômicos que foram adotados pelos governos na tentativa de estabilizar o nível geral de preços da economia. Na seção 6, destaca-se alguns aspectos do Plano Real no contexto da abertura econômica e da globalização. A seção 7, apresenta as duas crises: asiática e russa e sua influência na adoção do regime de metas de inflação que vigora atualmente. A seção 8 apresenta a inflação no pós regime de metas de inflação. Na seção 9, mostra-se um prognóstico para a inflação brasileira. Finalmente, na seção 10, algumas conclusões pertinentes são apresentadas.

1. O QUE É A INFLAÇÃO?

Do modo mais simples, a inflação pode ser definida como um aumento no nível geral de preços da economia. Na definição de Moreira (2011), a inflação pode ser apresentada como um processo generalizado de aumento dos preços que faz com que o poder aquisitivo da moeda diminua. Isto é, cada vez mais é necessário uma quantidade maior de dinheiro para manter o mesmo padrão de consumo. As causas da inflação são várias. Como destaca Moreira (2011), produtos básicos da cadeia produtiva, como por exemplo, o petróleo, quando os seus preços aumentam, os preços de todos os seus derivados sobem, bem como os preços dos produtos que dependem dessa matéria-prima. Neste caso, a inflação recebe um nome específico: inflação de oferta.

Em outra situação pode acontecer do aumento no consumo ser a causa da inflação. No curto prazo, se a demanda aumenta muito e aproxima-se da capacidade de produção total das empresas, os preços subirão. Neste caso, a inflação chama-se inflação de demanda. É comum de acontecer quando a economia está aquecida.

A inflação pode também ser causada pela excessiva emissão de moedas pelo governo sem a contrapartida de um crescimento na riqueza do país (produção de bens e serviços). Desta forma, o dinheiro é desvalorizado gerando a queda no poder aquisitivo.

De acordo com Moreira (2011 pg.1):

O processo inflacionário, quando instalado, é de difícil controle. Funciona como um círculo vicioso, obrigando a realização de reajustes periódicos de preços e salários, com o seu conseqüente agravamento. E quem mais sofre com tudo isso é a camada mais pobre da população, que não tem como se proteger. Em épocas de inflação galopante, tivemos no Brasil contas bancárias com reajustes diários como forma de repor o poder de compra que o dinheiro perdia de um dia para o outro. Mas as pessoas mais pobres não tinham (e ainda não têm) acesso a contas bancárias, não podendo se utilizar desse benefício. E assim, seu dinheiro valia menos a cada dia.

Para mensurar a inflação, é preciso utilizar índices de preços, construídos para a finalidade de acompanhar a evolução dos preços. Algumas das entidades credenciadas para divulgar os índices de preços são: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; a FGV - Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro; FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em São Paulo, e o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, em São Paulo; o IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas, em Belo Horizonte (MOREIRA, 2011). Alguns dos principais índices de inflação estão colocados na seção 3. A seguir, a seção 2, mostra a metodologia de cálculo para a construção de um destes índices de inflação.

2. METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DOS IPC'S

O termo 'índice de preços' se refere a um número que permite acompanhar a evolução do preço de um determinado produto (ou uma cesta de produtos) no tempo. Assim sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos de determinada cesta ou somente um produto. Os índices podem se referir, por exemplo, aos preços ao consumidor, preços ao produtor, aos custos de produção ou aos preços de exportação e importação.

Os índices mais difundidos são os índices de preços ao consumidor, que medem a variação do custo de vida de segmentos da população (a taxa de inflação ou de deflação). Esta variação, tradicionalmente expressa pelos índice de inflação, mostram a variação de um número índice que é calculado a partir da média ponderada de preços de vários bens (previamente estabelecidos por um instituto de pesquisa).

O índice de preços ao consumidor tem como objetivo medir as alterações no custo de vida dos consumidores. Isto é, o valor que um 'típico' consumidor têm de gastar ao longo do tempo para manter um determinado nível de vida.

Há uma série de elementos necessários para construir uma medida de inflação ao consumidor, destacando-se:

- A região/cidade e a faixa de renda da população coberta;
- A pesquisa de orçamentos familiares (POF), que identifica a cesta de consumo da população da região/cidade e da faixa de renda selecionada;
- A metodologia empregada no cálculo, de forma a combinar em única medida estatística a variação do preço do conjunto de bens e dos serviços pesquisados;
- A definição da periodicidade e das fontes para a coleta de preços (tipo e tamanho de pontos comerciais, coletas de informações de preços de serviços e aluguéis, entre outras).

Observe que os índices de preços são um instrumento utilizado para estabelecer uma relação entre os preços verificados, em momentos diferentes, e podem ser utilizados em vários contextos. Além do índice de preços ao consumidor, destacado anteriormente, outro índice muito conhecido é o índice de preços ao produtor (IPP) que tem como objetivo fundamental a medição dos preços no momento da primeira venda de cada produto.

Matematicamente, o índice de preço é dado por uma simples fórmula, considere que um produto que apresenta um preço P_0 na data base (data zero) e tenha um preço P_t no instante t . Define-se o índice de preços desse produto entre os instantes 0 e T , a razão:

$$I = \frac{P_t}{P_0} .$$

Note que o índice de preço (I) é a razão entre os preços de dois instantes.

Apesar de muito úteis, os índices de preços partilham alguns problemas, designadamente os seguintes: manutenção dos pesos relativos constantes para os

bens que compõem a cesta de produtos a ser analisada. Isso significa que não se leva em consideração os eventuais abandonos por parte dos consumidores dos bens que se tornem relativamente mais caros (podendo assim sobrestimar ou em outra palavra, superestimar o custo de vida). Também não se leva em consideração a alteração na qualidade dos bens, que, se considerada, poderia resultar num aumento mais lento do índice ao longo dos anos.

Os diversos índices de preços foram construídos ao longo do tempo com diferentes finalidades. O IPC-Fipe, por exemplo, foi criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo com o objetivo de reajustar os salários dos servidores municipais. O IGP-M foi criado para ser usado no reajuste de operações financeiras, especialmente as de longo prazo. O IGP-DI para balizar o comportamento dos preços em geral da economia. O INPC é o índice balizador dos reajustes de salário, enquanto o IPCA corrige os balanços e demonstrações financeiras trimestrais e semestrais das companhias abertas, além de ser o medidor oficial da inflação no país.

Apesar dessa variedade, os índices calculados no país se classificam em três grupos principais: os índices de preços ao consumidor de cobertura nacional, apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os índices gerais de preços apurados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o índice de preços ao consumidor de São Paulo, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

Na história, a pesquisa sobre índices de preços tem seus primeiros registros no início do século XVIII, com tentativas de estimação feitas por várias pessoas, de forma independente, e sempre com o mesmo intuito: calcular as variações no poder de compra de suas moedas. De acordo com o autor Diewert (1993 a), a primeira pessoa a propor o método de cálculo de um índice de preços foi Willian Fleetwood, o Bispo de Ely, em 1707. Em seu livro *Chronicon Preciosum* ele analisou a variação do nível de preços (ou a variação do valor da moeda) comparando os gastos de um estudante de Oxford em 1707 e em 1460, utilizando para tanto uma cesta de consumo fixa.

Após alguns anos, duas outras iniciativas de construção de índices de preço aparecem registradas na literatura em 1738 e 1764. Diewert (1987) cita a proposta e utilização de uma fórmula de cálculo feita por Dutot em 1738. O índice de Dutot consiste na razão entre a média geral dos preços em um determinado período e a média geral dos preços em um período base, apresentando, contudo, pouco sucesso dada a grande possibilidade de erro em decorrência da diferença de magnitude e unidades dos produtos somados.

A proposta de 1764, como pode ser vista em Diewert (1987) e Carmo (1987) é do italiano Gian Rinaldo Carli, que analisou o comportamento de alguns produtos como grãos, vinho e azeite de 1500 a 1750.

Ainda no fim do século XVIII, cabe ressaltar a iniciativa de construção de um índice de preços realizada no ano de 1780 por meio da Legislatura do Estado de Massachusetts nos Estados Unidos. De acordo com Diewert (1993 a) o objetivo desse índice era corrigir o pagamento dos soldados envolvidos na guerra, buscando amenizar os efeitos da grande inflação existente no período. Segundo Gameiro (2004), esse índice representa o primeiro de caráter público e oficial da história. Contudo, percebe-se que até então a maioria dos índices existentes não consideravam critérios de ponderação, como é o caso dos índices de Dutot e Carli. Entretanto, em 1823 destaca-se o trabalho de Joseph Lowe, considerado o pai do conceito da ponderação dos índices.

De acordo com Diewert (1993a), Lowe merece o título por ter desenvolvido o conceito detalhadamente, mas destaca que o próprio Lowe referencia o trabalho de Fleetwood, que em 1707 utilizou sua cesta fixa para análise da variação dos preços. Com a não especificação de como se formaria o vetor de quantidades no índice proposto por Lowe, cabe destacar dois trabalhos subseqüentes de dois pesquisadores alemães, que propuseram duas das mais importantes fórmulas para cálculo de índices de preço até hoje: o índice de Laspeyres (1871) e o índice de Paasche (1874).

Entretanto, procurando solucionar o problema do uso de uma cesta fixa (no caso de Laspeyres a cesta de consumo do período base, e em Paasche a cesta do período corrente), vários autores começaram a discutir o uso de uma média entre os

índices de Laspeyres e Paasche, ou, simplesmente, uma média entre as quantidades dos dois períodos analisados. Destaca-se neste sentido, segundo Diewert (1987, 1993a, 2002), a fórmula proposta por Irving Fisher (1927), conhecida como o 'índice ideal de Fisher'.

Trazendo agora para a história dos índices brasileiros, durante o período entre 1948 e 1978, a produção dos índices de Preços ao Consumidor ficava a cargo do Ministério do Trabalho. Nestes 32 anos foram calculados índices para as capitais de Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Niterói, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Cuiabá e Brasília (a partir de 1960), e para Brasil.

A partir de 1978 foi iniciada a transferência da responsabilidade de elaboração do cálculo do índice de preços ao consumidor, do Ministério do Trabalho para o IBGE, concretizando-se a medida propugnada em Exposição de Motivos, nº 27, de 21 de março de 1975, conjunta do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Em julho de 1978 foi criado, pelo IBGE, o Sistema Nacional de Índices de Preços ao consumidor - SNIPC – com o objetivo de produzir contínua e sistematicamente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC – e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Inicialmente o Sistema abrangeu as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Fortaleza, Belém, Salvador e Curitiba, além de Brasília.

Já os Índices Gerais de Preços da FGV - Fundação Getulio Vargas - foram divulgados pela primeira vez em novembro de 1947, no número de estréia da Revista Conjuntura Econômica. Desde então registram as variações de preços de matérias-primas agropecuárias e industriais, de produtos intermediários e de bens e serviços finais.

A metodologia de cálculo de um índice de preços é complexa e deve ser muito completa para produzir um indicador consistente e que retrate a realidade do nível de preços da economia. Devem ser considerados os mais diversos produtos e serviços ofertados, aplicando a devida ponderação de acordo com a participação de cada um na cesta de consumo média dos agentes atendidos na pesquisa, que

podem ser a população como um todo ou setores específicos da economia, daí derivando os diversos tipos de índices: índice de preços geral, índice de preços ao consumidor, índice da construção civil e índice de preços no atacado, para citar alguns exemplos.

O primeiro passo é a definição do grupo ou setor da economia cujo índice de preços irá se referir. A definição deste grupo é importante, pois distintos grupos apresentam perfis de consumo diferentes. Assim, conforme o grupo escolhido como referência para a construção do índice, é que serão definidos os produtos que irão compor a cesta de consumo cujos os preços serão apurados mensalmente. Nessa etapa, é necessário definir o objetivo do índice, pois as aplicações serão restritas pela população definida como base da pesquisa. As estratificações possíveis são muitas, desde os diversos setores produtivos da economia, que necessitam de informações para planejamento e decisões estratégicas até os habitantes, sendo esses na maioria dos índices classificados por nível de renda. Ao se trabalhar com consumidores, é fundamental definir estritamente a classe com a qual se deseja trabalhar, pois essa decisão afetará diretamente o passo seguinte, quando é definida a cesta de bens e serviços base para cálculo do indicador.

A definição da cesta de consumo é feita via pesquisa de campo, buscando-se identificar os bens e serviços consumidos por uma amostra que represente estatisticamente a população definida no passo anterior. Tomando como exemplo um índice que abranja certo grupo de consumidores de um país, neste ponto o nível de renda das famílias passa a ter uma influência direta na construção do índice de preços. Se uma família com renda de 30 salários mínimos, por exemplo, consome itens diferentes de uma família cuja renda seja de 5 salários mínimos, então produtos diferentes serão investigados para cada um desses grupos.

Na pesquisa de campo, por meio de entrevistas, são colhidos dados que permitirão a montagem da cesta a ser utilizada. A ponderação é feita de acordo com o peso de cada item nos gastos familiares médios; esses gastos são agrupados em categorias, sendo “a composição dos grupos de despesas para o cálculo do IPCA, por exemplo, é: alimentação, artigos de residência, habitação, transportes e

comunicação, vestuário, saúde e cuidados pessoais e despesas pessoais.” (Antonik e Vega, 2005).

Após a definição da cesta de consumo, a mesma é quantificada em unidades monetárias, ou seja, são coletados os preços dos diversos produtos, com nova pesquisa de campo. O valor encontrado pode ser considerado como o preço da “cesta básica” do nosso índice de preços. A partir das coletas periódicas de preços, chega-se ao indicador da inflação em si, compreendido como a variação do nível de preços de uma economia. Na prática, os Institutos como o IBGE, a FIPE ou a FGV comparam as médias aritméticas dos preços das quatro semanas de um mês com as do mês subsequente.

Por exemplo, como mostrado na tabela 1, se a cesta de consumo custou \$100,00 no mês 1 e \$105,00 no mês 2, a inflação foi de 5% ao mês.

Variação de preços		
Período	Preço	Variação (inflação)
Mês 1	\$100,00	-
Mês 2	\$105,00	5%

Tabela 1: Variação dos preços – Mês 1 - 2.

Uma vez que o índice mensal é calculado com base em uma média, pode ocorrer de, por algumas semanas consecutivas, não haver aumento do nível de preços e ainda assim, ser registrada uma inflação no período, graças à influência das semanas passadas no cálculo da média mensal. Como exemplo, consideremos a tabela 2 abaixo, que traz o custo semanal da cesta de consumo para as quatro semanas de quatro meses distintos:

Mês	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4	Média	Varição
1	100	110	113	115	109.50	-
2	121	124	130	138	128.25	17.12%
3	141	143	148	149	145.25	13.26%
4	149	149	149	149	149.00	2.58%

Tabela 2: Custo semanal da cesta de consumo

As médias apresentadas são calculadas como médias aritméticas simples das quatro semanas de cada mês (médias quadrissemanais). A variação percentual é a inflação do período, calculada como a variação entre as médias de um mês e a média do mês imediatamente anterior. A inflação do mês 4, então, foi calculada da seguinte forma:

$$\pi = 149 / 145,25 - 1 * 100$$

onde π = inflação.

A partir da quarta semana do mês 3, não houve mais nenhuma elevação de preços na economia em análise, tendo o preço da cesta sido mantido em 149 unidades monetárias. No entanto, apesar da inexistência de pressão inflacionária no mês 4, a inflação nesse mês foi de 2,58%. Isso explica-se pelo fato de estarmos trabalhando com médias; uma vez que os preços iniciaram o 3º mês da série em um nível abaixo daquele no qual terminaram, obviamente sua média foi menor que o valor de 149 (média do mês 4). Assim, houve inflação no último mês analisado, apesar dos preços não terem variado no período.

3. PRINCIPAIS ÍNDICES EXISTENTES ATUALMENTE

No Brasil, são divulgados diversos índices de inflação calculados por distintas entidades. Essa seção tem como objetivo descrever aqueles que possuem uma grande visibilidade nacional. Especificamente, iremos tratar do IPCA, do INPC, do IGP (composto pelo IPA, IPC e INCC), do CUB, do IPC-Fipe e do ICV-Dieese.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é provavelmente o mais importante, devido ao fato de ser considerada a inflação oficial do país, sendo a referência do Banco Central no regime de metas de inflação. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), responsável pela elaboração, o IPCA tem como área de abrangência geográfica as regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, o Distrito Federal e o município de Goiânia. Sua população-objetivo é formada pelas famílias residentes em área urbana com rendimentos (formal ou informal) entre um e quarenta salários mínimos. A coleta de informações ocorre entre os dias 01 e 30 do mês de referência. Primeiramente se calcula os índices regionais e a partir de uma média aritmética destes se chega ao índice nacional. A ponderação do IPCA é baseada na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2002-2003, realizada pelo próprio IBGE.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também calculado pelo IBGE, possui metodologia de cálculo similar ao IPCA, porém a população-objetivo é diferente. Ela é formada por famílias residentes em área urbana com renda entre um e seis salários mínimos, com o chefe de família assalariado, ou seja, tenha renda formal. A área de abrangência geográfica, a ponderação e o período de coleta permanecem iguais ao do IPCA. A série Brasil para ambos os índices se inicia em setembro de 1981.

O Índice Geral de Preços (IGP), segundo a Fundação Getulio Vargas (2011), responsável pela elaboração, foi divulgado pela primeira vez em 1947 e é o resultado de uma média ponderada de outros três índices de preços: o Índice de

Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). O peso destes índices são, respectivamente, 60%, 30% e 10%. O IGP é divulgado em três versões que se diferem em relação ao período de coleta dos dados: IGP-10 (entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência), IGP-M (dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência) e IGP-DI (entre o primeiro e o último dia do mês de referência). Pela alta credibilidade da FGV, o IGP-M é comumente usado no mercado financeiro, assim como o IGP é usado na celebração de contratos de prazo mais longo, tipicamente no setor imobiliário.

O IPA (anteriormente conhecido como Índice de Preço por Atacado) mede a flutuação dos preços de 356 produtos (25 agropecuários e 331 industriais), nos níveis de comercialização intermediárias, ou seja, antes de chegar ao consumidor. Possui abrangência nacional e produz 7.000 observações. Divulgado em versões iguais ao IGP.

O IPC é um índice de custo de vida cuja ponderação é baseada na POF de 2002-2003 realizada pela própria FGV. Tem como abrangência geográfica sete capitais brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. A população-objetivo são as famílias com renda mensal entre um e trinta e três salários mínimos. Além das três versões iguais ao IGP, o IPC possui versões especiais: Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i, famílias compostas, em sua maioria, por pessoas com mais de 60 anos) e Índice de Preços ao Consumidor Classe 1 (IPC-C1, famílias com rendimentos entre 1 e 2,5 salários mínimos).

O INCC substitui o ICC em 1985, que era calculado somente para a cidade do Rio de Janeiro. Atualmente o INCC registra as variações de preços de materiais, equipamentos, serviços e mão-de-obra nas mesmas sete capitais nas quais é calculado o IPC. Também divulgado nas mesmas versões do IGP.

Ainda com relação à construção civil, a Lei Federal 4.591 de 16 de dezembro de 1964 obrigou a todos os sindicatos estaduais da indústria da construção civil (SINDUSCON) a divulgar mensalmente o Custo Unitário Básico (CUB) da construção civil. O objetivo é calcular o custo por metro quadrado de

construção do projeto-padrão de uma edificação (atualmente há dezesseis projetos-padrão, de residência unifamiliar a galpão industrial). A metodologia do cálculo é estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Atualmente, a norma que rege o cálculo do CUB é a ABNT NBR 12.721:2006. (CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, 2007)

Outro importante índice de custo de vida é o IPC-Fipe. Calculado pela primeira vez pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura do Município de São Paulo em 1939. A partir de 1968, essa responsabilidade foi passada para o Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo até 1973, quando da criação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2011). Possui como abrangência geográfica o município de São Paulo e como população-objetivo famílias com rendimentos entre um e vinte salários mínimos. Divulgado semanalmente, é calculado com base na coleta de dados de um período de oito semanas, comparando o preço médio das últimas quatro semanas (referencia) com o preço médio das primeiras quatro semanas (base).

Outro importante índice que também tem como abrangência geográfica o município de São Paulo é o Índice de Custo de Vida – Dieese (ICV-Dieese) calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Tem como população-objetivo famílias com renda média até R\$ 2.792,90. Divulgado mensalmente, além do índice geral, é apresentado índices para três extratos de renda: famílias com renda inferior (média de R\$ 377,49), com renda intermediária (média de R\$ 934,17) e com renda superior (média de R\$ 2.792,90). (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011)

4. COMPENDIO SOBRE A INFLAÇÃO NO BRASIL

Até algum tempo atrás a discussão dos malefícios e benefícios da inflação¹ estava contida na formação dos economistas. No Brasil, a inflação causou estragos de tamanha ordem que os benefícios da mesma foram esquecidos. A alta generalizada dos preços esteve presente ao longo da constituição da economia brasileira. A cada período tinha-se um diagnóstico para o aumento dos preços, e as políticas e planos econômicos seguiram tais explicações deste mesmo fenômeno.

No primeiro governo da ditadura militar ocorreu o que se chama por inflação de demanda². A inflação de demanda, causada pela senhoriagem, usada para cobrir os déficits públicos. Esta política havia sido intensificada no Governo JK (1956-1960), que não obteve alternativa para honrar com seu gastos durante o Plano de Metas. Um outro fator que majorava os preços era a inflação de custos³, diagnosticada na época pelo fato dos salários estarem mais elevados que o nível de produtividade da economia.

Baer (1996) esclarece que o PAEG (Plano Econômico do Governo), Plano econômico do Governo Castelo Branco em 1964, conduziu sua política econômica pautada nesta análise, promovendo uma política salarial arrojada, para combater a inflação de custos com uma política monetária e fiscal restritiva. A política monetária deveria ser mais apertada, graças às transações no mercado aberto, que

¹ Conforme Blanchard (2005), dependendo do contexto econômico, a *senhoriagem*, a opção em adotar taxas de juros reais negativas e a ilusão monetária revisitada seriam os benefícios da inflação. Ver páginas 533-535.

² A inflação de demanda é devida à existência de excesso de demanda em relação a produção disponível, aparece quanto maior for o grau de utilização da capacidade produtiva da economia.

³ A inflação de custos decorre do aumento dos custos das empresas repassados para preços. São vários os fatores que pressionam os custos como o aumento no preço de matérias-primas e insumos decorrentes de quebra de safras agrícolas, de desvalorização cambial, aumentos salariais sem estar ancorados com elevação de produtividade, etc..

representaria uma nova modalidade de financiamento do governo. Sendo assim, não haveria mais a necessidade do governo financiar seus gastos via *senhoriagem*⁴. Até então, a Lei da Usura, que limitava a taxa de juros a 12% ao ano, tornava os juros reais negativos, transformando os títulos do governo sem atratividade. Com a implementação da correção monetária, estes títulos tornam-se viáveis, os quais passam a financiar os déficits públicos.

No período compreendido como Milagre Econômico, 1968-73, ocorrem modificações nas análises explicativas da inflação. Esta passou a ser considerada apenas inflação de custos, o que permitiu ao governo flexibilizar suas políticas monetárias e fiscais e manter a política salarial. Os preços passam a ser monitorados diretamente via CIP (Conselho Interministerial de Preços).

4.1 O que os economistas chamam de Inflação Inercial?

De acordo com os economistas inercialistas, a propagação da inflação divide-se em choques e tendência. Esta última seria o elemento principal.

$$\pi_t = \pi_{t-1} \quad (1)$$

Onde

π_t é a inflação no momento t e π_{t-1} é a inflação no período anterior.

A inflação adquiriria certa autonomia, chamada de inércia, em que incrementos nos preços médios no passado causaria o mesmo no presente, que, por sua vez, determinaria elevações no futuro. O mecanismo de indexação, ou seja,

⁴ O termo *senhoriagem* significa o direito que o rei percebia pelo fabrico de moeda. Na prática, o monopólio que o Banco Central possui em emitir moeda, permite que este aufera receita dada pela diferença entre o valor de face do dinheiro que o Bacen coloca no mercado e seu custo de impresso.

a correção monetária de preços, salários e cambio faria que a inflação do passado se propagasse para o futuro.

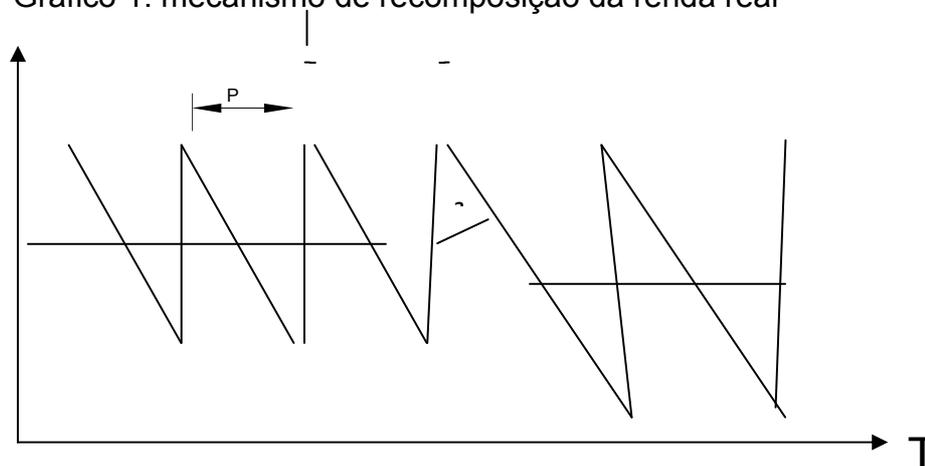
Aqui uma pergunta se coloca. Se este mecanismo esclarece a realidade? Como explicar a inflação crescente e não constante? Esta seria explicada pelos choques. Na década de 1970 o mundo passou por dois choques do petróleo, em 1973 e em 1979. Além disto, na década de 1980 ocorrem problemas relativos a safras. Por outro lado, a política de Delfim Netto envolvendo forte desvalorização cambial contribuiu para os saltos nos níveis da escalada dos preços médios. Lopes (1984) salienta que:

O ritmo de elevação dos preços é periodicamente perturbado por determinado impulsos inflacionários, ou deflacionários que resultam de ações, exitosas ou não, dos agentes econômicos visando alterar preços relativos [Lopes (1984, p. 54)].

Esta teoria da inflação inercial independe do estado das expectativas. Em um ambiente de inflação crônica, os agentes desenvolveriam um comportamento fortemente defensivo na formação dos preços. Neste caso, se todos os agentes tentam recompor o pico de renda real no momento de cada reajuste periódico de preço, a inflação tenderia a se perpetuar.

Suponha que, no Gráfico 1, o eixo vertical represente o salário real, cujo salário nominal é reajustado com certa periodicidade fixa P , de maneira a recompor o pico deste rendimento.

Gráfico 1: mecanismo de recomposição da renda real



Fonte: elaboração própria a partir de Lopes (1984)

A intensidade de queda do salário real que é indicado pela declividade, ao longo do tempo, depende, portanto, da inflação entre os períodos de reajustes. A regra de recomposição de 100% da inflação passada na data do dissídio não garante salários reais constantes. Se a inflação corrente aumentar ocorreria uma redução dos salários médios reais. Para compensar esta queda dos salários médios, haveria a necessidade de uma maior recomposição dos picos da renda no momento dos reajustes. Isso valeria para qualquer ativo na economia, o que implicaria em um processo contínuo de inflação.

Barros de Castro (2005) em Giambiagi *et alii* (2005), esclarece que em 1984, havia quatro propostas de desindexação sendo discutidas: a) “pacto social” proposto por economistas do PMDB e da Unicamp, (b) o “choque ortodoxo”, definido por alguns economistas da FGV, (c) o “choque heterodoxo” de Francisco Lopes, da PUC do Rio e (d) “reforma monetária ou moeda indexada” de André Lara Resende e Pêrsio Arida, ambos da PUC Rio.

De acordo com Cunha (2004), as últimas duas recomendações foram mais consistentes, sendo as demais espaçosas. Houve um embate entre as últimas duas propostas. Os que defendiam a moeda indexada expunham que se aplicássemos o congelamento de preços, aquelas pessoas que ainda não tivessem recomposto seu pico de renda ficariam em posição pior que aqueles que já tivessem realizado tal reajuste. Tal fato geraria distorções de renda na sociedade. Por outro lado, Francisco Lopes contra argumentava que no caso da moeda indexada, os agentes que possuísem maior poder de mercado aumentariam os preços no momento da conversão da moeda inflacionada, que estaria fazendo o papel de meios de troca, para a moeda sem inflação, que seria, na época, a unidade de conta da economia.

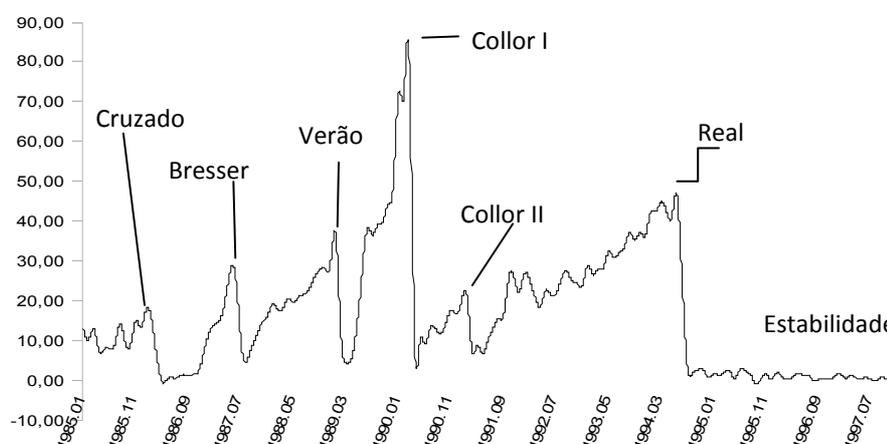
5. PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO

5.1 A inflação do Brasil Republica ao Plano Collor

O breve período compreendido entre os anos de 1985 e 1989, conhecido como “Nova república”, foi marcado por três planos de estabilização econômica, Cruzado, Bresser e Verão. Sarney toma posse em 1985, em um governo de transição, em que Tancredo Neves havia sido eleito, de forma indireta, mas que não pode assumir devido a sua morte repentina. O Gráfico 2 abaixo mostra o drama em a economia brasileira passou neste momento e no período anterior. Mais adiante no quadro 1 resume os planos.

De acordo com Lopes (1984), a despeito dos austeros esforços a inflação naquele ano estaria estabilizada em um patamar da ordem de 200%, quase 45 vezes maior que a meta fixada para o ano de 2011. Este resultado paradoxal sobre o ponto de vista das teorias tradicionais sobre o processo inflacionário contribuiu para a argumentação de que a natureza da inflação naquele momento provinha de um processo inercial.

Gráfico 2: Trajetória do IGP-DI mensal entre janeiro de 1985 a dezembro de 1997



Fonte: Elaboração própria com dados provenientes da FGV

Neste período, e no momento em que Collor foi presidente da república, como a inflação era diagnosticada como inercial, a maior parte dos planos fez uso do choque heterodoxo. A estratégia da moeda indexada foi utilizada apenas no Plano Real. Cabe salientar que o ambiente externo em que os planos da década de 1980 e início dos anos 1990 foram implementados eram muito diferentes daquele em que o Plano Real se efetivou. Por este motivo não é correto afirmar que a moeda indexada seria a forma mais correta de eliminar a inflação inercial frente o choque heterodoxo.

Ao longo dos Planos os agentes foram aprendendo a lógica do período, a cada insucesso esperava-se que um novo plano viria. As pessoas precaviam-se de novos congelamentos, provocando uma constante aceleração inflacionária. Ninguém gostaria de ter seus ativos congelados abaixo da sua renda média real, o que encurtou os períodos de reajuste.

Quadro 1: Resumo dos planos de estabilização 1986-1989

Medidas e Planos	Cruzado I-28 de fev. 1986	Bresser- 15 de jun. 1987	“Feijão com arroz” Jan. 1988	Verão - 14 de jan. 1989
Diagnóstico da inflação	Inércia- Déficit operacional próxima de zero	Inercia + Inflação de demanda	Inflação de demanda	Inercia + Inflação de demanda
Política monetária e fiscal	Proposta: políticas acomodativas Prática: expansionistas	Proposta e prática: contracionistas	Proposta: políticas contracionistas (gradualistas) mantendo a inflação a 15% Prática: Política monetária expansionista (Megasuperavit na balança comercial)	Proposta: Cortes nas despesas públicas e aumento das receitas. Práticas: Não aprovados pelo congresso.
Preços	Congelamento previsto para 1-3 meses durou 11	Congelamento: três fases (1) congelamento por	Tentativa de pacto social. Prefixação dos reajustes de	Congelamento por prazo indefinido.

		90 dias; (2) Flexibilização- reajustes mensais pelo IPC dos últimos três meses; (3) Liberação dos preços.	preços públicos e privados	Descongela mento gradual a partir de março. Reajustes trimestrais.
Moeda	1000 Cruzeiros = 1 Cruzado	-	-	1000 Cruzados = 1 Cruzado Novo
Salários	Média do últimos seis meses. Abono salarial: 8 % para todos os salários e 18% para salário mínimo + gatilho quando chegasse a 20% acumulado	Fim do gatilho. Três fases segundo a política de preços	Os reajuste dos funcionário públicos foram suspensos por dois meses	Salári o de janeiro seria igual ao de dezembro corrigido pela URP de janeiro. A URP seria paga em três parcela
Câmbio	Fixo ao valor de 28	Desvalorizaç ão de 9,5% + minidesvalorização	Desvaloriz ação real	Desva lorização em 16,38%, congelando 1 Crz Novo= 1 dólar
Aluguéis	Reajustes semestrais para alugueis residenciais e anuais com coeficiente determinado pelo governo para alugueis comerciais	Alugueis comerciais e residenciais congelados sem compensação pela inflação corrigida desde o último reajuste.	-	Com o fim da OTN, os alugueis foram reajustados por índices próprios

Inflação	Próxima	Aumento das	Evitou no	Descr
	de zero nos primeiros meses. Ágio, mudanças de índices. Cruzadinho: o índice de inflação exclui itens corrigidos. Expurgo não é aceito no Cruzado II. Dispara o Gatilho salarial	tarifas decretado pelo governo no início do plano + expectativa de novo congelamento fizeram com que os preços subissem as vésperas do plano. Perspectiva de flexibilização (fase 2) permitiu repasses de preços.	curto prazo explosão inflacionária. Manteve-se entre 16% a 18% ao mês nos três meses iniciais. A inflação se acelera depois de três meses.	éxito do governo + juros elevados + ajuste fiscal difícil (ano eleitoral) + flexibilização do congelamento + fim de OT e URP eliminam a âncora dos preços.

Fonte: Elaboração própria baseado em Giambiagi Et alli (2005)

Do insucesso do Plano Verão até o acertado Plano Real, a economia brasileira experimentou um período traumático, em que foram criados novos impostos, novos congelamentos, uma nova moeda, bloqueio dos meios de pagamento, conhecido popularmente como o confisco da poupança. Foram três planos: Plano Brasil Novo- Collor I, Collor II e Plano Marcílio.

6. O PLANO REAL NO CONTEXTO DA ABERTURA ECONÔMICA E DA GLOBALIZAÇÃO

A estabilidade de preços foi conquistada com o Plano Real. Mas este sucesso não pode ser atribuído apenas as medidas do Governo Itamar e/ou FHC. Deve-se salientar a importância da abertura econômica imposta pelo Governo Collor em 1990. Com o fim da Guerra Fria os Estados Unidos ficaram mais a vontade para

determinar suas políticas neo-liberais às economias subordinadas. Com as diretrizes do Consenso de Washington tornando-se febre nos países da América Latina, o Brasil adota tais medidas relaxando totalmente as barreiras não tarifárias às importações reduzindo drasticamente os impostos das mesmas.

Se por um lado isso foi feito de maneira violenta e sem contrapartida dos parceiros comerciais brasileiros, por outro, possibilitou o sucesso do Plano Real quatro anos mais tarde. A abertura econômica possibilitou acumular reservas e deu uma folga cambial, que, juntamente com o aumento dos bens importados, contribuíram para neutralizar a inflação.

Até a introdução do Plano Real, em julho de 1994, a população brasileira encontrava-se num contexto de crises e instabilidade econômica. Havia no país um generalizado clima de incertezas quanto aos governos e aos rumos das políticas a serem adotadas. A inflação, muito alta e incontrolável, reduzia a cada dia o poder aquisitivo do dinheiro. Esta situação acabou favorecendo a classe média e alta, que melhor podiam se utilizar dos mecanismos financeiros para resguardar sua renda da inflação, em detrimento da classe mais pobre piorando a distribuição de renda.

A partir da implementação do Real, os brasileiros conheceram uma estabilidade econômica inédita ao mesmo tempo em que importantes mudanças ocorreram. Em especial, merece destaque neste trabalho, a alteração no perfil do mercado consumidor que terá implicações diretas sobre o consumo de bens duráveis e consumo de energia elétrica.

Inicialmente, a drástica redução da inflação e a eliminação das incertezas facilitaram o crédito estimulando o consumo, principalmente, de bens duráveis, conforme mostrado na tabela 3. De acordo com dados apresentados por LACERDA (2000), este setor entre março/94 e março/95 apresentou um aumento de 57% nas vendas.

“...De um ano para o outro portanto, as vendas de eletrodomésticos, automóveis, geladeiras, fogões e outros produtos duráveis cresceram em mais de 50%.” (LACERDA 2000, p.212).

ANO	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS
1990	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1991	97,6	98,7	97,8	104,7	101,8
1992	115,0	91,9	95,4	91	97,9
1993	101,1	101,3	100,6	116,3	104,5
1994	109,3	120,4	107,2	135,3	106,8
1995	110,9	119,9	107,4	151,7	111,0
1996	111,9	102,9	110,3	171,9	114,2
1997	116,1	107,8	115,3	177,0	115,6

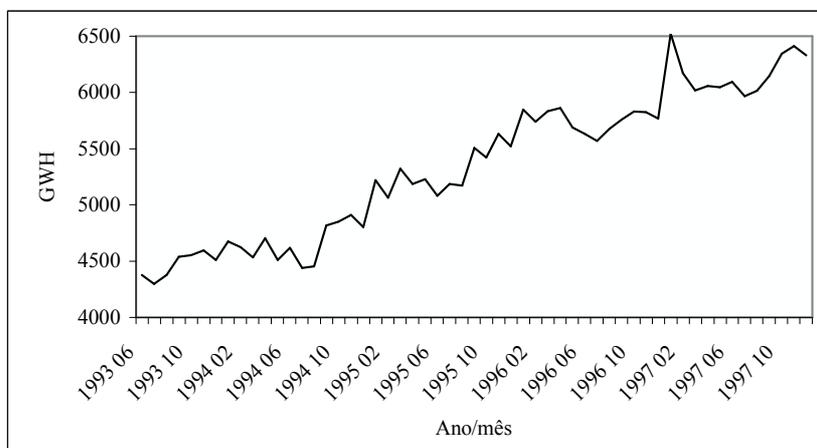
Tabela 3: Evolução da produção industrial por categoria de uso (base 1990=100)

Fonte: Conjuntura econômica, junho de 1998.

Conforme pode ser observado no quadro acima, a produção de bens duráveis a partir de 1994, quando a nova moeda entra em vigor, cresce significativamente a taxas muito superiores à dos demais setores.

Como previsto este grande aumento no consumo de bens duráveis implicou numa maior demanda por energia elétrica pelos consumidores residenciais. Analisando-se o gráfico 3, verifica-se que, após o Plano Real, o consumo de energia, que vinha apresentando queda, assume uma trajetória de recuperação crescente. Em um ano (1994-1995), o fornecimento de energia cresceu aproximadamente 33%.

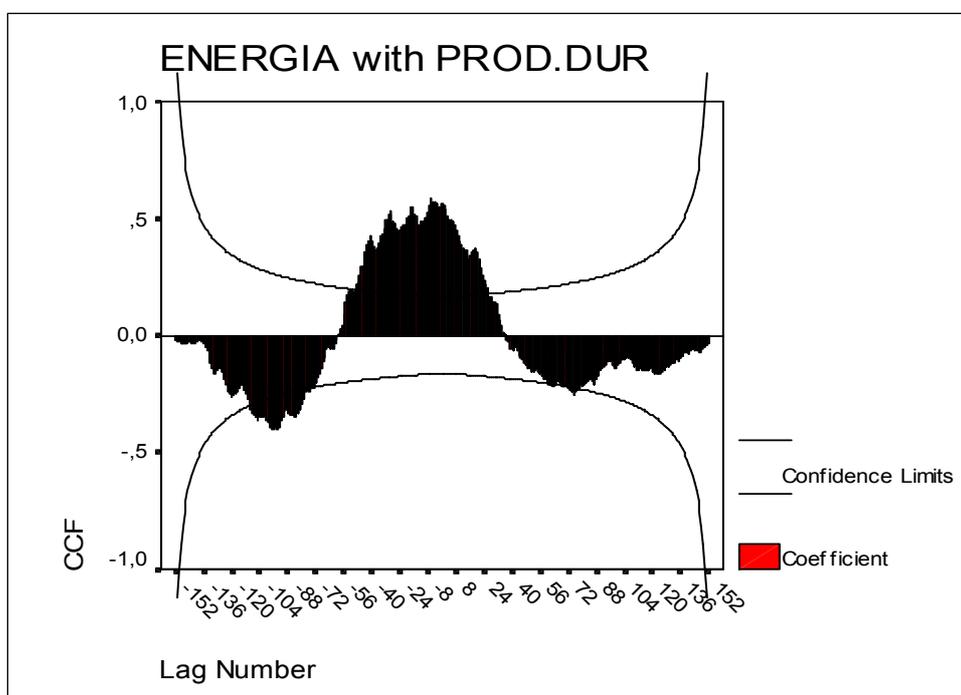
Gráfico 3: Consumo residencial de energia elétrica – ano e mês - GWh



Fonte: Ipeadata.

As correlações cruzadas, que medem a correlação de uma variável no tempo com a outra variável em outro tempo, para as variáveis consumo de energia elétrica e produção de bens duráveis, segundo o gráfico 4, são estatisticamente significativas. Isso quer dizer que há dependência de uma variável com o passado da outra. Como pode ser observado, as correlações cruzadas ultrapassam os limites dos intervalos de confiança para se aceitar que este tipo de correlação seja nula.

Gráfico 4: Correlação cruzada entre consumo médio residencial de energia e produção de bens duráveis entre janeiro/90 a novembro/02.



Fonte: Ipeadata

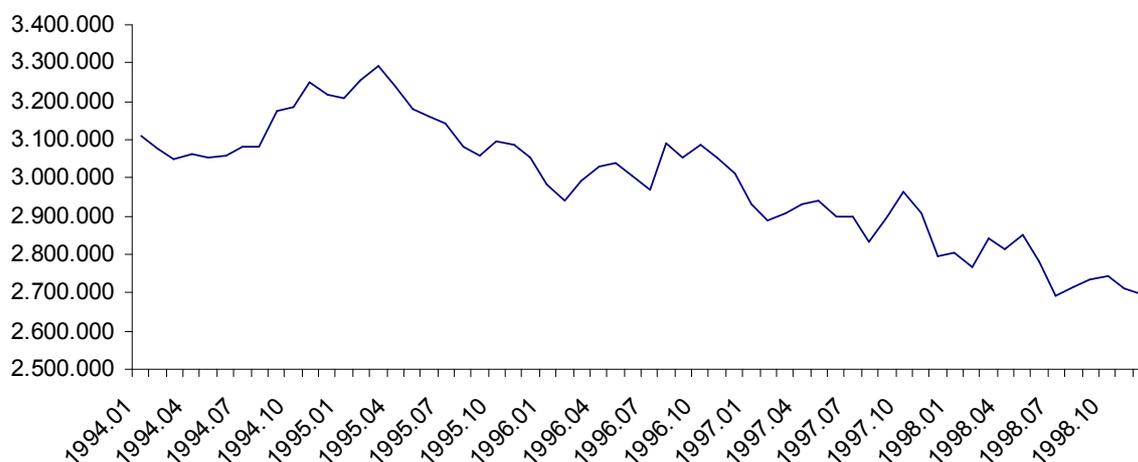
O Plano foi implementado em três fases que, de acordo com Vasconcellos (1999), seriam: a primeira fase, ortodoxa, se trata do ajuste fiscal. Cabe salientar aqui, que esta fase não foi amplamente realizada, o que se fez foi a criação do imposto do cheque, o IPMF (Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira) e do FSE (Fundo Social de Emergência). A segunda fase, heterodoxa, objetivava eliminar a inflação inercial por uma nova unidade de conta- URV(Unidade Real de Valor). O cruzeiro real deixava de ser unidade de conta e seria apenas meio de troca. A inflação ficava vinculada a moeda antiga. Quando todos precificassem pela URV bastava-se aplicar a terceira fase, com a transformação da URV em Real, em que esta nova moeda teria as funções básicas, meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, rompendo de vez com a inércia inflacionária. A moeda foi convertida sendo que 1 URV = R\$ 1,00= CR\$ 2750,00. O câmbio inicialmente foi fixado R\$ 1,00 = US\$ 1,00. Conforme Mondenesi (2005), a ancora cambial esteve em pauta de discussão antes da implementação do Plano Real.

Em um ambiente de alta inflação o imposto inflacionário pesa em demasia sobre a população mais pobre. Com o fim deste, a população que possuía um consumo reprimido viu-se diante da oportunidade de aumentar o consumo. Aliado a este fato a recomposição dos mecanismos de crédito, com juros nominais previsíveis e fixos ofertando a população demandante prestações fixas, contribuído para o processo de despoupança. Tal fato fez com que o consumo se elevasse demasiadamente, mesmo com os juros reais bem elevados.

Como já havia a abertura comercial, o cambio apreciado incentivou a entrada de bens estrangeiros, aumentando a competição com os bens nacionais, contribuindo, desta forma para a contenção da inflação de demanda. Mas este mecanismo de uso do cambio apreciado para “amarrar” as subidas dos preços funcionaram bem apenas para os bens comercializáveis, ou *tradeables*. Os bens não comercializados internacionalmente, *non tradeables*, não sofrem ancoragem cambial, sendo assim os preços dos serviços aumentam em um descompasso frente aos bens industrializados.

Podemos citar como efeitos colaterais desta medida, as dificuldades na indústria que pode ser verificada no Gráfico 5. Logo após a implementação do plano o número de pessoas ocupadas na indústria se eleva, mas, no ano seguinte a uma reversão nesta trajetória.

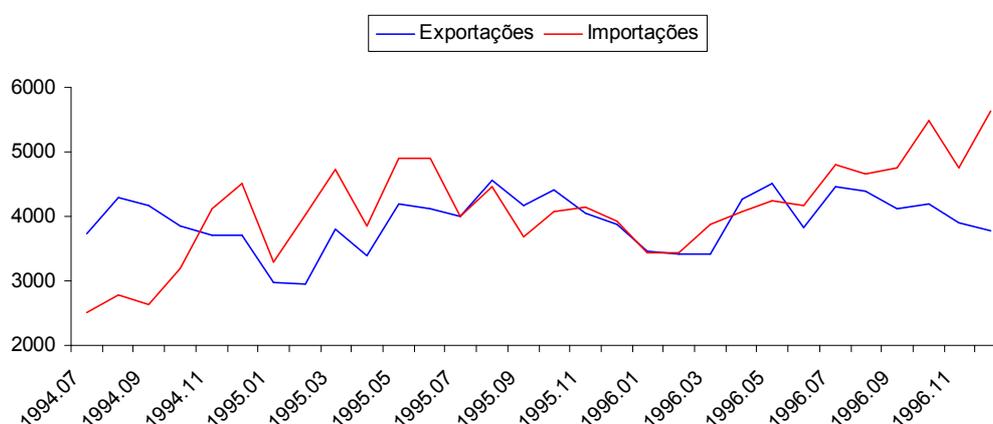
Gráfico 5: População formalmente ocupada na indústria de transformação nas Regiões Metropolitanas



Fonte: PME-IBGE

Um outro impacto relevante foi sobre a balança comercial, pois o câmbio apreciado retirou ainda mais a competitividade de nossos produtos elevando em demasia a entrada de importados. A partir de 1996 a balança comercial torna-se permanentemente negativa, fato que durará até a flexibilização cambial em 1999. Observe, conforme o gráfico 5, que as importações, a partir de 1994 superam quase sempre as exportações.

Gráfico 5: Comportamento das importações e exportações de jan. 1994 a dez de 1996- FOB em US\$ milhões



Fonte: MDIC-Secex

O Plano Real passa por três grandes provas. A primeira foi a “quebra” do México em setembro de 1994. O chamado de “efeito tequila” correspondia ao fato de que naquele momento os investidores estrangeiros, diante da expectativa de desvalorização cambial retiraram suas aplicações no Brasil, o que forçou ao governo aumentar a taxa de juros para conter esta fuga de capitais. Novamente em 1997 ocorre fuga de capitais. Isto ocorre devido a Crise da Ásia. Novamente o governo se vê obrigado a majorar os juros. Em 1998, diante da Crise da Rússia, os capitais novamente migraram para fora do país, mas desta vez tornaram-se inelásticos ao aumento da taxa de juros. O Governo recorre ao FMI e após a reeleição muda por completo a política macroeconômica.

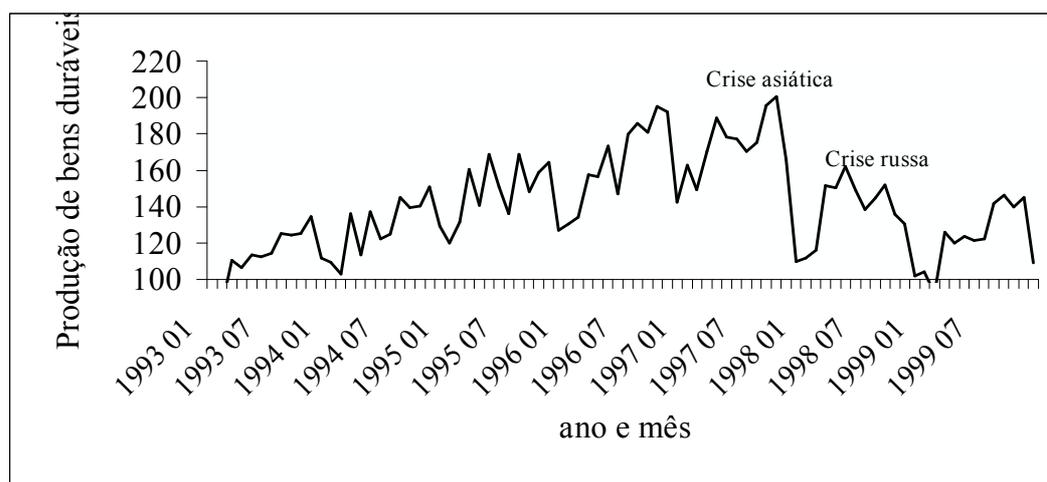
7 MUDANÇA NA POLÍTICA MACROECONOMIA

Conforme Giambiage *et alli* (2005), as negociações com o FMI, no final de 1998 ajudou o Brasil a enfrentar o quadro externo adverso, que não mais permitia o resto do mundo a financiar os déficits em transações correntes na casa dos US\$ 30 bilhões. Em janeiro de 1999 a desvalorização cambial torna-se inevitável.

Em 1997 e 1998, duas crises financeiras internacionais consecutivas, a asiática (1997) e a russa (1998), abalaram fortemente a economia do país. Analisando o gráfico 6, verifica-se que, até 1997, a produção oscila bastante com picos de alta e de baixa muito próximos, porém mantendo uma trajetória crescente. Após a crise asiática, ocorre uma queda brusca na produção de bens duráveis com uma posterior recuperação, mas em patamares mais baixos que os anteriores. Um ano depois, em fins de 1998, a crise russa surpreende os brasileiros. Novamente, a produção de duráveis registra uma grande queda seguida por uma recuperação rápida, no entanto, em níveis inferiores aos registrados antes da crise.

O gráfico 6 reporta o aumento do consumo de bens duráveis no pós-plano Real e as quedas no consumo durante a crise russa e asiática.

Gráfico 6: Produção de bens duráveis (base 1991= 100)



Fonte: elaborado pelos autores

O quadro de instabilidade econômica acarretou o ressurgimento de uma inflação que até então estava sob controle. Como salienta GIAMBIAGE (2005), o governo brasileiro não teve outras alternativas, diante das sucessivas crises, senão desvalorizar a moeda. Tal fato aumentou o custo de diversos produtos pressionando a inflação, principalmente, no atacado e, em menor intensidade, para o consumidor. Embora os índices não tenham registrado uma hiperinflação, alarmaram e alteraram as expectativas dos agentes.

Essa questão é particularmente importante, uma vez que, desde a desvalorização do Real, em janeiro/99, seja por crises financeiras, políticas, eleitorais ou meramente especulativas, a taxa de câmbio pode oscilar consideravelmente. Em 1999, primeiro ano do câmbio flutuante no Plano Real, a moeda brasileira apresentou uma desvalorização real de 8%. Em 2001, o racionamento, os ataques terroristas à cidade de Nova Iorque e a guerra contra o Afeganistão provocaram uma queda na taxa de câmbio real entre outubro/01 e abril/02 em torno de 20%. Ainda em fins de 2002 até janeiro/2003, a crise eleitoral implicou numa redução de aproximadamente 18% nesta taxa. Estes períodos foram

também aqueles em que a inflação se tornou motivo de preocupação para o país, fazendo do câmbio um dos principais fatores a pressionar os índices inflacionários e, conseqüentemente, reduzir a renda das famílias brasileiras

Ao final de 1999, a inflação acumulada pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo utilizado para direcionar as metas inflacionárias) foi de 8,93% contra um índice de 1,65% acumulado em dezembro de 1998. Entre outubro/01 e abril/02, a média das variações percentuais no IPCA foi de 0,63% (desvio padrão de 0,16%) contra 0,43% no mesmo período anterior (desvio padrão de 0,16%). Finalmente, nos meses entre julho/02 e janeiro/03, a média das variações no índice foi de 1,6% (desvio padrão de 0,87%, valor bastante alto que acusa também uma inflação instável), mais que o dobro da média de 0,71% entre julho/01 e janeiro/02 (desvio padrão de 0,32%).

7.1. Sistemas de metas de inflação no Brasil

De acordo com relatório do Banco Central do Brasil (BACEN), o regime de metas de inflação passou a vigorar desde de junho de 1999. No regime de metas de inflação cabe CMN (Conselho Monetário Nacional) definir as metas críveis para os próximos dois anos subsequentes e ao BACEN executar a política monetária para que a meta seja alcançada.

Segundo informações do Banco Central (2011), no regime de metas de inflação o objetivo primordial é a estabilidade dos preços. Isso porque existe um consenso de que o crescimento auto sustentável somente poderá ser atingido sob a estabilidade econômica. Cabe destacar mais uma vez que o índice utilizado como referência para as metas de inflação é o IPCA.

De acordo com o relatório do Banco Central do Brasil (2011 p.8), são características de um regime de metas de inflação:

i. escolha do índice de inflação: usualmente existem duas alternativas - o índice cheio ou um núcleo de inflação;

ii. definição da meta, que pode ser pontual ou intervalar. No caso intervalar (banda), ainda existe a alternativa de ter ou não uma meta central;

iii. horizonte da meta: definição do período de referência para avaliar o cumprimento da meta para a inflação;

iv. existência de cláusulas de escape: estabelecimento a priori de situações que podem justificar o não cumprimento das metas; e

v. transparência: formas de comunicação da autoridade monetária visando informar a sociedade sobre a condução do regime de metas.

No regime de metas de inflação admite-se um intervalo de oscilação para as metas chamado de bandas. As bandas existem porque o BACEN não possui pleno controle sobre as oscilações de preços. Além disso, com as bandas, na presença de um choque econômico é possível acomodar parcialmente os efeitos de um choque sem adotar uma política monetária que seja excessivamente restritiva. Em caso de descumprimento da meta estabelecida, o presidente do Banco Central faz uma carta ao ministro da fazenda explicando as razões da meta não ter sido atingida. A seção seguinte apresenta o comportamento da inflação brasileira desde a adoção do regime de metas de inflação.

Ano	IPCA	Meta	limite inferior	limite superior
1999	8,939935	8	6	10
2000	5,974339	6	4	8
2001	7,673263	4	2	6
2002	12,53034	3,5	1,5	5,5
2003	9,299949	3,25-4 3,75-	1,25-1,5	5,25-6,6
2004	7,600644	5,5	1,25-3	6,25-8
2005	5,689733	4,5	2	7
2006	3,141775	4,5	2,5	6,5
2007	4,45733	4,5	2,5	6,5
2008	5,902313	4,5	2,5	6,5
2009	4,312028	4,5	2,5	6,5
2010	5,909068	4,5	2,5	6,5

Tabela 4: IPCA, Metas de inflação e limites de 1999 a 2010

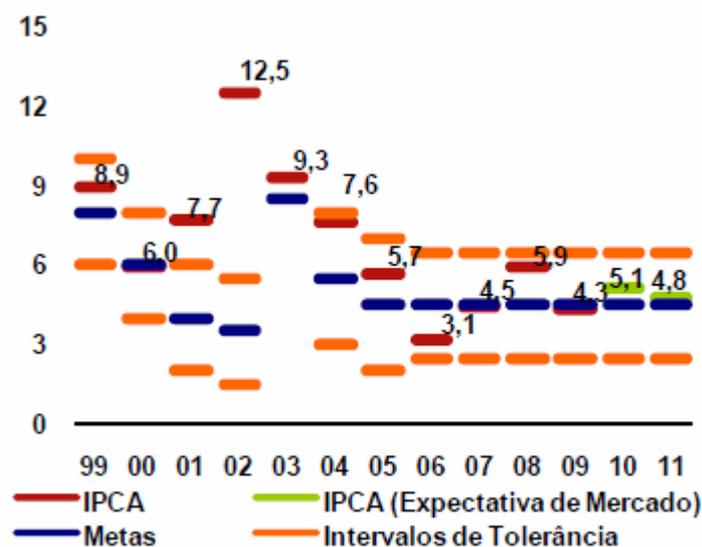
Fonte: IBGE/SNIPC

8. A INFLAÇÃO APÓS A ADOÇÃO DO REGIME DAS METAS

Após a adoção do regime de metas de inflação, nos anos de 2001, 2002 e 2003, a inflação ultrapassou as bandas definidas para as metas. Em 2004, 2005 e 2008, a inflação ultrapassou as metas, mas permaneceu nos intervalos definidos pelas bandas. Em 2006, 2007 e 2009, a inflação ficou abaixo da meta definida pelo CMN.

O gráfico 7 a seguir mostra as metas de inflação, os intervalos de tolerância, as expectativas do mercado para o IPCA e o seu valor efetivo.

Gráfico 7: IPCA e o regime de metas de inflação



Fonte: Banco Central do Brasil.

9 . PROGNÓSTICO PARA A INFLAÇÃO BRASILEIRA

Segundo dados do IBGE, em 2010, a inflação fechou com alta de 5,91 no acumulado do ano. Foi a maior alta desde 2004 em que o índice atingiu 7,4. Observa-se que o IPCA em 2010 ficou acima da meta definida de 4,5%. De acordo com Saraiva (2010), segundo dados do IBGE, 40% da elevação do IPCA deve-se ao item alimentos, com destaque para o feijão e a carne.

Para 2011, a meta a ser perseguida pelo BACEN é 4,5%., embora a previsão de especialistas do mercado seja que a inflação feche o ano em 6,37%. Não se pode deixar de mencionar que a meta possui uma banda de oscilação que permite o índice ficar 2% acima ou abaixo da meta estabelecida. A previsão para 2012 é uma inflação de 5%.

Neste ano, no acumulado dos quatro primeiros meses, a inflação alcançou o patamar de 3,23%, valor que compromete a meta de 4,5 por cento mesmo considerando as bandas. O governo admitiu que a inflação de 2011 pode superar a meta para o ano. Para tentar controlar a situação, as autoridades estão mantendo as taxas de juros altas e fazendo grandes cortes no orçamento do país.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar alguns pontos essenciais para entender a inflação no contexto da economia brasileira. Desta forma, inicialmente apresentou-se os conceitos básicos de inflação como a inflação de demanda e oferta. Em seguida, mostrou-se a metodologia de construção de um índice de preço, enfatizando algumas das particularidades de cada tipo de índice, como o IPC, IGP, entre outros. Também colocou-se um breve histórico da inflação brasileira nos anos 80 em que o processo inflacionário estava completamente fora de controle até a introdução do Plano Real que trouxe a estabilidade dos preços para a economia brasileira, um

fator importantíssimo numa economia aberta e globalizada. Apresentou-se ainda o regime de metas de inflação, que atualmente vigora no país, adotado como referência para a política monetária brasileira. Finalmente, um prognóstico para a inflação em 2011 e 2012 foi apresentado.

INFLATION IN THE BRAZILIAN ECONOMY

ABSTRACT

This work aims to present inflation in the context of the Brazilian economy. In this sense, there are a number of special features such as inertial inflation, the inflationary memory, the arrival of the Real Plan, among other things, that are objects of study for the understanding of inflation in Brazil. To meet the goal of study, some key concepts are introduced and some relevant aspects of the history of past governments. The work also highlights the post-Real Plan that triggered a boom in consumption of the middle and lower classes since then. Obviously, this growth in demand in many instances was the cause of a rise in inflation. The search concludes with a forecast for inflation in Brazil.

KEYWORDS: INFLATION, ECONOMIC PLANS, THE REAL PLAN, CONSUMPTION

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. P. A **Ordem do Progresso**: 100 anos de Política econômica e publicana. Rio de Janeiro. Campus, 1992.

ARIDA, Pérsio. "**Economic Stabilization in Brazil**". Rio de Janeiro: PUC, Texto para Discussão no. 84, 1984.

BAER, W. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BATISTA J. R. O Plano Real à luz da experiência mexicana e Argentina. In: **Estudos dos avançados**, 1996.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. Terceira Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2005. <http://antonioluizcosta.sites.uol.com.br/inflacao.htm> (acessado em 2011)

CUNHA, H. F. **A Estabilização em Dois Registros**. Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia- ANPEC. João Pessoa, 2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Indicadores de preços. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92AF56810C57>>. Acesso em: 20 maio 2011.

GIAMBIAGI, F., VILLELA, A., BARROS de CASTRO, L., & HERMANN, J. (orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Campus, Rio de Janeiro, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema nacional de índices de preços ao consumidor. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/informet.shtml>. Acesso em: 20 maio 2011.

LOPES, Francisco L. "Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação", **Revista da ANPEC**, no.7, 1984.

MODENESI, André de Melo. **Regimes monetários: teoria e a experiência do real**. Barueri: Manole, 2005.

MOREIRA (2011) http://www.gazetadeitauna.com.br/conceito_inflacao.htm (acessado em julho de 2011).

TAVARES, M. C, **Da substituição ação ao capitalismo financeiro**, Rio de Janeiro. Zahah Editores, 1978.

SARAIVA, A. 2010. (disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,inflacao-oficial-fecha-2010-com-alta-de-591-acima-do-centro-da-meta,50084,0.htm>)

VASCONSELLOS, M. A. et al. **Economia brasileira contemporânea**. Terceira Edição. São Paulo. Atlas, 1999.

Sites consultados:

http://www.fiesp.com.br/download/pesquisa/regime_metas_infla%C3%A7ao.pdf

<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,inflacao-oficial-fecha-2010-com-alta-de-591-acima-do-centro-da-meta,50084,0.htm>

<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92AF56810C57>

<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2003nt36SistemaBacenExpectMerca dop.pdf>